



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941  
E-mail: [dep.jesussergio@camara.leg.br](mailto:dep.jesussergio@camara.leg.br)

Durante o mês de julho do ano em curso o Presidente Jair Bolsonaro desferiu inúmeros ataques verbais contra a Comissão da Verdade criada para esclarecer crimes cometidos durante os 21 anos do regime militar que governou o Brasil (1964 – 1985).





A desqualificação dos seus membros, as dúvidas suscitadas pelo Presidente em relação a confiabilidade da escolha de cada um deles e até da seriedade na condução de um trabalho isento, com resultados de credibilidade pela sociedade, fizeram parte das sucessivas falas de Jair Bolsonaro à imprensa.

Em 2002 o governo federal criou a Comissão de Anistia, responsável pelas políticas de reparação e memória para as vítimas da regime militar no Brasil. Foi criada para a defesa de ex-presos e perseguidos políticos, além da recuperação moral e econômica dos anistiados e suas famílias, no caso de familiares mortos e desaparecidos.

A Comissão que já esteve vinculada ao Ministério da Justiça em governos anteriores, hoje está no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A relação entre o pensamento majoritário do atual governo de defesa do regime militar, de críticas contundentes contra os militantes de esquerda que organizaram a resistência contra o regime militar, se apresenta diretamente proporcional às rejeições pela Comissão de Anistia, de pedidos de indenizações econômicas e reparações morais feitas por pessoas ou familiares de vítimas do golpe militar de 64 nesses primeiros sete meses de governo.

Depois de rejeitar 1381 pedidos em apenas 4 meses desse ano, a Comissão de Anistia está preparando 900 portarias de indeferimentos de pedidos feitos ao colegiado para assinatura da ministra Damare Alves nas próximas semanas.

É curiosa a agilidade que a Comissão conseguiu imprimir nas análises, desde a posse do atual governo. Pedidos sempre apreciados com muita cautela e cuidado em governos anteriores para não cometer injustiças, são analisados com rapidez surpreendente, chegando a superar 2.200 processos em apenas 7 meses.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

**Deputado JESUS SÉRGIO**

